

Salvador: defesas da cidade e oposição à ocupação holandesa

Salvador: city defenses and opposition to the Dutch occupation

BEHENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Pontocom, 2013. 215 p.

Alfons Heinrich Altmicks

alfons.altmicks@ucsal.br

Professor

Universidade Católica do Salvador

Departamento de História - Largo da Palma, s/n - Nazaré

40040-170 - Salvador - Bahia

Brasil

Palavras-chave

América portuguesa; História do Brasil; Colonialismo.

Keywords

Portuguese America; History of Brazil; Colonialism.

276

Recebido em: 10/9/2016

Aprovado em: 6/12/2016

Ricardo Behrens é graduado em História pela Universidade Federal da Bahia, instituição na qual cursou, também, o mestrado em História Social. Atualmente, leciona o componente curricular “História e Patrimônio Histórico”, no Instituto Federal da Bahia (IFBA), e é pesquisador da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Subscrito ao tema do seu mestrado, o livro “Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625” traduz, para o mercado literário, os seus esforços diante da necessidade de compreensão deste singular período histórico, de apenas dois anos, em que tropas holandesas invadiram e dominaram a cidade de Salvador, resultando na inédita mobilização de lusitanos e nativos em torno da retomada da cidade.

O livro é dividido em cinco partes, inclusas Introdução e Considerações finais. Propositadamente, o tom adotado na sua redação tende ao narrativo, embora os rigores acadêmicos não sejam descuidados. A opção por um discurso inclinado à narração histórica se deve, sobretudo, à necessidade de adaptar a linguagem da investigação científica, que o subsidia, à realidade intelectual de leitores menos afeitos a este gênero de literatura, quiçá, leitores leigos ou provindos do Ensino Médio. Assim, por exemplo, mesmo cômico de que a Invasão de 1624 foi engendrada pela Companhia das Índias Ocidentais, sob ordens das Províncias Unidas, o autor decide por se referir aos invasores apenas como “holandeses”. Com esta estratégia, ainda que corra o risco de adotar uma caracterização simplista dos invasores, o autor opta por aproximar o leitor brasileiro do fato histórico, tal como, normalmente, é divulgado no Ensino Médio.

Na Introdução, Behrens avoca o contexto histórico que precedeu à invasão de 1624, marcado pela consolidação da União Ibérica¹ e pelo aumento do interesse holandês pelo açúcar produzido nas Américas. O autor descreve, pormenorizadamente, a chegada dos invasores e a fuga atabalhoada de portugueses e nativos, que viviam em Salvador. Ressalta as medidas tomadas pelo governador Diogo de Mendonça Furtado para defender a cidade, tão logo soube da presença de uma nau holandesa² na baía de Boipeba, um mês antes da invasão. Estas medidas teriam sido minadas pela atuação antagônica do bispo D. Marcos Teixeira, que, descrente da invasão e movido pela vontade de contrariar o governador, exortou o retorno das tropas do Recôncavo, convocadas para a defesa da cidade, deixando Salvador à mercê dos invasores.

Behrens também se ocupa, na Introdução, de elencar um percurso metodológico básico, através do qual a sua pesquisa foi estruturada. Diante da carência de publicações específicas sobre o tema³, o autor optou por mergulhar, diretamente, nas fontes seiscentistas originais, tais como relatos, literatura de

¹ A partir de 1580, logo após a morte de D. Sebastião, rei de Portugal, a coroa lusitana passou ao domínio espanhol, inaugurando um regime monárquico de confluência política, econômica e militar, que reuniu toda a Península Ibérica sob o governo de Filipe II, rei da Espanha. Esta combinação de potências expansionistas, que perdurou até o ano de 1640, foi chamada de “União Ibérica”.

² Esta nau, batizada “Holandia”, trazia o general Van Dort, comandante da esquadra que atacaria Salvador. Van Dort havia se separado da sua esquadra, na Ilha de São Vicente, Cabo Verde, e decidira vir à Bahia, para esperar o restante da armada em Boipeba. Porém, só se reuniria aos seus soldados três dias depois de tomada a cidade de Salvador.

³ Com efeito, são poucas as publicações que tratam, especificamente, da Invasão Holandesa de 1624. A maior parte da literatura histórica sobre o tema versa sobre macrocontextos ou sobre a presença holandesa, como um todo, em terras brasileiras.

época, regimentos oficiais do governo, documentos comerciais ou administrativos, livros de ordens religiosas etc. A ressalva natural que se impõe a este tipo de fonte aponta para a sua subjetividade característica. Entretanto, ao realizar um minucioso trabalho comparativo, é possível filtrar informações históricas idôneas e coerentes, sem prescindir das subjetivações próprias de cada época.

No primeiro capítulo, intitulado "Salvador: uma 'aldeia aberta'", Behrens tece considerações sobre a natureza da cidade seiscentista, colocando em dúvida o seu *status* de "cidade fortaleza". De acordo com o autor, Salvador teria caído tão facilmente em poder dos invasores, sobretudo, porque a sua administração era marcada pelo imprevisto – autorizado e incentivado, inclusive, pela própria Coroa – e por um alto grau de desorganização institucional. O seu desenho administrativo ainda não era claro, e os colonos se revezavam em cumprir funções essenciais à vida na cidade – como, por exemplo, planejar e executar ações para defendê-la. Além disso, o próprio sistema defensivo de Salvador apresentava fragilidades, especialmente, geradas pela falta de recursos, por sua inusitada topografia e pela extensão do seu território.

Em que pesem as suas dificuldades administrativas e o seu frágil sistema defensivo, Salvador padecia, ainda, de rivalidades entre os seus ilustres cidadãos, especialmente entre administradores e clérigos.⁴ Behrens chama a atenção para o fato de que, após o fracasso do sistema de Capitânicas, Salvador fora concebida como o centro administrativo de toda a colônia portuguesa, cujo raio de ação se estendia à África e à Ásia. Isto provocava certa vaidade nos seus habitantes, especialmente, nos membros da administração da cidade. Além do governador, a cúpula administrativa era composta de um ouvidor-geral e de um provedor da fazenda real. A esta cúpula, seguia-se uma gama de funcionários intermediários, que se distribuíam nas funções de escrivães, de meirinhos ou de trabalhadores do Conselho de Vereança (Senado da Câmara). Havia também os clérigos, cuja enorme influência na incipiente sociedade soteropolitana os autorizava como administradores informais. Conquanto os interesses de todas essas categorias nem sempre coincidissem, era natural que rusgas e tramas fossem engendradas. Assim, desmoralizavam-se, sabotavam-se e impunham-se as suas vontades, uns sobre os outros.

No segundo capítulo, "Da resistência ao contra-ataque: uma ocupação sitiada", o autor ilumina o período da permanência holandesa na cidade. Ironicamente, embora os holandeses tenham logrado invadir Salvador, estabelecendo ali um domínio – ainda que precário –, a ocupação da cidade findou por torna-los "prisioneiros" dos colonos portugueses e nativos, porquanto estes tenham empreendido um rigoroso confinamento aos invasores, impedindo-os de ir além dos muros da cidade.⁵ O exame da documentação de época, realizado por Behrens, revelou engenhosas estratégias bélicas utilizadas por portugueses e nativos para arrefecer o ânimo do invasor em seguir para além

⁴ Nesse sentido, é emblemático o episódio envolvendo a conduta do bispo D. Marcos Teixeira, que minou os esforços do governador, desbaratando os homens reunidos do Recôncavo para defender a cidade dos holandeses.

⁵ É preciso ter em conta o fato de que os holandeses estavam interessados nos engenhos e nas plantações de cana-de-açúcar. O objetivo da invasão não era apenas tomar Salvador, mas todo o Recôncavo Baiano.

da cidade. Estas estratégias objetivavam, basicamente, cortar o acesso dos holandeses à alimentação e à água potável e armar emboscadas aos grupos que ousassem se aventurar fora dos limites de Salvador.⁶ Segundo o autor, a aderência de portugueses e nativos à opção do combate foi fundamental para a posterior retomada da cidade, o que aconteceria apenas quando da chegada da frota ibérica libertadora, em 1625.

No entanto, Behrens faz uma ressalva: a oposição encontrada pelos holandeses não foi unânime. A documentação consultada revelou, também, a existência de alguma cooperação entre colonos e invasores. Se alguns colonos auxiliaram os invasores, imaginando obter algum tipo de vantagem – especialmente, motivados pela riqueza que permaneceu dentro dos muros da cidade –, muitos negros o fizeram, na esperança de encontrar destino melhor do que a escravidão. Com efeito, um expressivo contingente de africanos foragidos (alguns dos seus senhores e outros tantos recém-aportados de navios providos de Angola) aderiu ao grupo holandês, para escapar à condição escrava. O mesmo não ocorreu com os indígenas, sobretudo os aldeados, cuja participação na resistência foi fundamental para o sucesso do cerco.⁷

No terceiro capítulo, “Da retomada à reorganização”, Behrens narra os fatos que confluíram para a expulsão dos holandeses da cidade de Salvador. Se, em terras baianas, o cerco e as emboscadas se tornavam, cada vez mais, efetivos; na Europa, o clima era de mobilização em torno de um orgulho nacional espanhol. A documentação de época mostra como os portugueses foram manipuladores habilidosos dos brios espanhóis, criando estratégias ideológicas extremamente competentes, que conclamavam os castelhanos ao combate. Estas estratégias culminaram com a montagem da armada que libertaria a cidade de Salvador. Por outro lado, a tensão gerada da perda da mais importante cidade colonial ibérica acirrou antagonismos históricos entre portugueses e espanhóis, postos, à época, em bandeira comum da União Ibérica. Os conflitos gerados desse acirramento teriam consequências posteriores, resultando na ascensão da dinastia de Bragança ao trono lusitano, restaurando, assim, a coroa portuguesa, sob as ordens de D. João IV.

Neste capítulo, o autor aborda, também, o cotidiano de Salvador, após a expulsão dos holandeses. Num primeiro momento, houve a necessidade de reorganização administrativa da cidade, tarefa nada simples, diante da falta de recursos.⁸ Posteriormente, os colonos se deram conta de que deveriam reformar todo o sistema defensivo da cidade, de maneira a evitar outras invasões. Assim, fortes e embarcações foram reconstruídos, a um elevado custo para a cidade. Dentre as medidas adotadas para proteger Salvador, foi ordenada, também, a permanência de parte do contingente militar ibérico, chegado com a armada

⁶ Embora os colonos ousassem, ate mesmo, ações mais contundentes, como, por exemplo, tentar furtar os navios holandeses, ou provoca-los para uma batalha em campo aberto,

⁷ Com efeito, os primeiros ataques aos invasores holandeses foram perpetrados por índios, movidos pela vingança pela morte de seus parentes, durante a invasão. Num segundo momento, praticamente, todas as incursões contra os holandeses contaram com a participação dos indígenas, especialistas no combate furtivo – emboscada, ataque e fuga.

⁸ Uma vez que os invasores tenham saqueado boa parte da riqueza da cidade.

libertadora. No total, ficaram cerca de mil soldados, todos portugueses. O ônus da presença desses militares na cidade recaiu sobre os colonos, que tiveram os impostos expressivamente aumentados, de maneira a pagar as despesas e o soldo dos defensores. Conquanto os recursos fossem escassos, não sendo suficientes para mantê-los, os colonos passaram a temer uma rebelião. A situação foi mediada pelo Conselho de Vereança, que, além de reordenar as prioridades orçamentárias da cidade – até mesmo extinguindo órgãos públicos –, conseguiu repassar parte dos custos com a defesa de Salvador à Coroa.

Nas “Considerações finais”, Behrens adverte que tencionava, inicialmente, restringir-se ao cotidiano dos colonos, durante e após a invasão dos holandeses. Entretanto, com o desenrolar da investigação, ficaram patentes a amplitude e a relevância do episódio, o que provocou o deslocamento do seu interesse para a cidade de Salvador, em si mesma, percebida como o centro do projeto colonial expansionista lusitano. Desta maneira, a pesquisa foi redirecionada para o tema da natureza da cidade de Salvador. Os posteriores esforços, empreendidos pelo autor, voltaram-se para a descaracterização de Salvador, neste momento histórico, como uma “cidade fortaleza”. Por motivos supramencionados, a cidade só ganharia um sistema de defesa eficiente após a ocupação de 1624/1625.

O mérito do livro de Ricardo Behrens reside, por um lado, no detalhismo com que trata o tema. Com efeito, autores clássicos, como Francisco Adolfo de Varnhagen (1955) ou Alberto Silva (1963), não conseguiram evitar tratar alguns pontos do episódio com informações generalistas. Por outro lado, Behrens consegue uma comunicação fácil com o leitor. A sua literatura é fluídica, sedutora, mérito de um autor que transita, confortavelmente, nos papéis de pesquisador e de professor de História.

Para uma melhor compreensão do belíssimo “Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625”, de Ricardo Behrens, recomenda-se, além da consulta aos supracitados textos de Varnhagen (1955) e Silva (1963), a leitura incidental de “Geografia de Salvador”, de Andrade e Brandão (2009). Outrossim, é de grande ajuda à compreensão da obra resenhada o texto do eminente professor Milton Santos (2008), “O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana”.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BEHENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Pontocom, 2013.
- SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. (Col. Milton Santos, v. 13).
- SILVA, Alberto. **A primeira capital do Brasil**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Salvador: Livros Progresso, 1955.